



Aos vinte e nove dias do mês de agosto de dois mil e vinte e quatro, em primeira chamada às quatorze horas e cinco minutos, segunda chamada às quatorze horas e vinte e cinco minutos iniciou-se na Câmara Municipal de Maricá de forma presencial a reunião do CMS-Maricá com os seguintes conselheiros Titulares: Bruno de Souza Lougon, Jorge Alberto Rispoli, Anna Maria de Carvalho Quintanilha, Antônio Carlos do Rego e Souza, Adriana Domingues Picanço, Antônio Carlos Cunha, Marcelo Rosa Fernandes, Rodrigo Cantini, João Batista Lins Guilhermino, Marcos de Souza Pires, Edson Gonçalves de Oliveira, Leila Maia da Silva, Rose Mary de Melo Bruce, Eliane Fontes de Araújo e Denise Marchon Tinoco. Suplente: Moisés Antônio de Melo Abrão, Maria Aparecida de Carvalho Siqueira Garcia, Danielle Torres Xavier, Ana Mayda Ordonez Vieira. Com a seguinte pauta: 1-Apreciação e votação da Ata anterior, 2-Leitura dos Ofícios,3-Apresentação e aprovação do Código de Ética,4-Apresentação do Projeto da Nova Maternidade e Hospital da Mulher e da Criança;5-Situação dos Prontuários Eletrônico (Implantação do E-SUS);6-Atualização sobre o Processo do Concurso da FEMAR;7- Apresentação e Aprovação do Edital de convocação das entidades para participar da CISTT(Moisés),8-Acesso ao recurso do CMS- Maricá (Denise),9-Relatório sobre o CISTTÃO (Moisés),10-Relatório de faltas desde o início do mandato/justificativas (Moisés),11-Comitê de Ética da FEMAR, 12-Apresentação do Projeto Casa do Autista, 13-Combustível para o carro do Conselho (Denise),14-Apoio aos motoristas (Denise),15-Diárias para as reuniões do CES (Denise),16-Sugestão de pauta para próxima reunião,17-Informes Gerais. O Presidente justifica a ausência dos seguintes Conselheiros: Dra. Cláudia por ter sido convidada a participar na mesma data de uma Roda de Conversa na Casa da Mulher e Dra. Juliana por problema de saúde: **Primeiro ponto da pauta.** Apreciação e votação da Ata anterior. O Presidente pergunta se algum Conselheiro deixou de receber a ata anterior. Coloca em votação nominal, foi aprovado por unanimidade. **Segundo ponto da pauta.** Leitura dos Ofícios. Ofício nº 05/2024 da FAMMAR solicitando a alteração na titularidade, ofício nº 142/024- DG- FEMAR respondendo o ofício nº 110/CMSM/ 2024 que solicitou informações sobre o andamento da referida Comissão de Ética e Pesquisa da FEMAR, ofício nº 824/2024 da Secretaria de Saúde respondendo o ofício nº 112/ CMSM/2024, que solicitou à Secretaria que disponibilize apoio para alimentação e pedágio quando houver, para o motorista, quando à serviço deste Conselho fora do município, bem como disponibilização da diária a que faz jus os Conselheiros a serviço fora do município, ofício nº 839/2024 da Secretaria de Saúde respondendo o ofício nº 081/ CMSM/2024, que solicitou a reposição do notebook por um outro, o mais rápido possível, ofício nº 840/2024 da Secretaria de Saúde respondendo o ofício nº 069/ CMSM/2024, que solicitou informações sobre a realização dos exames de Vector, Vectoeletronistagmografia, do labirinto, exame de Bera que é o potencial evocado do tímpano tronco encefálico, a cirurgia de mastoide de ouvido e como a demanda da regulação está muito grande, como está funcionando a regulação?, ofício nº 837/2024 da Secretaria de Saúde respondendo o ofício nº 115/ CMSM/2024, que solicitou cópia do contrato de locação da nova sala do CMS-Maricá. A Secretária Geral lê o ofício 05/2024 da FAMMAR que solicita o desligamento do Representante da NOVA o Sr. Edson de Oliveira por ser Reincidente em duas faltas consecutivas não justificadas e cinco faltas consecutivas justificadas em total desconformidade com o Regimento Interno deste Conselho citando o artigo 12º Da perda do mandato por FALTAS: I - A presença dos Conselheiros deverá ser controlada através de Folha de Comparecimento; V-Perderá o mandato o Conselheiro TITULAR que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a 02 (duas) Reuniões Ordinárias consecutivas ou 04 (quatro) intercaladas no período de 01 (hum) ano. Art. 13º:Caracterizada a perda do mandato por faltas, o Secretário Geral deverá comunicar imediatamente ao Presidente que declarará a vacância do cargo: I - No caso de membro Titular, a perda do mandato por faltas significará a perda da Titularidade para o membro Suplente: Diante do exposto, a FAMMAR – Federação das Associações de Moradores de Maricá, solicita a sua Titularidade neste Conselho, através de sua representante e Diretora de saúde, Sra. Danielle Torres Xavier. Assinado Eduardo Silva Souza – Vice Presidente. A Secretária Geral diz que recebemos ontem um ofício da Universidade Federal do Rio de Janeiro solicitando a participação e colaboração no projeto de extensão “tá na hora de tomar remédio” da farmácia da UFRJ, para juntos podermos alinhar ações que possam contribuir com a independência, autonomia e qualidade de vida da pessoa com deficiência - PcD. Informa que será passado para os Conselheiros para análise e na próxima reunião coloca-se em votação. A Secretária Geral lê a ata da Comissão de Justiça e Ética do CMS-Maricá. Aos dezenove dias do mês de agosto de 2024 às 10:27 horas, realizou-se a reunião da comissão de Justiça e Ética, na sala do CMS, localizado à Rua Avenida Roberto Silveira, 46, sala 310- Centro - Maricá - Rio de Janeiro, com a presença de Jorge Alberto Rispoli, Antônio Carlos do Rego e Souza, Adriana Domingues Picanço, Rose Mary de Melo Bruce, Anna Maria de Carvalho Quintanilha, e Laura Gonçalves Silveira Figueiredo (Advogada SMS). Dando sequência, a Dra. Laura deu continuidade a avaliação do Código de Ética e Conduta do CMS-Maricá no Capítulo –



V DAS VEDAÇÕES AOS CONSELHEIROS – ARTIGO 11 em diante, concluindo todos os demais capítulos com revisão e validação dos mesmos. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião às 12:10h, Maricá, 19 de agosto de 2024. E-mail da FEMAR solicitando a exclusão da pauta do ponto 4: Apresentação do Projeto da Nova Maternidade e Hospital da Mulher e da Criança, tendo em vista que este tema não faz parte do escopo da FEMAR. **Terceiro ponto da pauta.** Apresentação e aprovação do Código de Ética e Conduta. O Presidente pergunta se algum Conselheiro não recebeu o código de ética? A Conselheira Aparecida diz que não conseguiu abrir o arquivo no seu celular. O Presidente diz que então vamos fazer uma breve leitura e todos poderão acompanhar, será reproduzida no telão, intercalou a leitura do Código de Ética e Conduta do CMS-Maricá com a Secretária Geral, após lido na íntegra todos os artigos e incisos, foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade. O referido Código de Ética e Conduta do CMS-Maricá será publicado junto a resolução de aprovação. O Presidente diz que para não tomar o nosso tempo aqui faz-se imperioso termos a composição da Comissão de Ética, eleger o Presidente, mas, temos uma pauta extensa hoje, como temos que e publicizar ainda, poderíamos deixar para um segundo momento, para podermos avançar com a pauta. **Quarto ponto da pauta.** Apresentação do Projeto da Nova Maternidade e Hospital da Mulher e da Criança. O Presidente diz que já foi lido o ofício anteriormente. **Quinto ponto da pauta.** Situação dos Prontuários Eletrônico (Implantação do E-SUS). O Conselheiro Marcelo Rosa pergunta se pode chamar um colaborador da FEMAR para fazer uma explanação sobre o assunto. O Presidente pede ao Sr. Anselmo que se aproxime o máximo do microfone, porque muitas das vezes temos dificuldade na escuta para elaboração das atas. Aproveita para parabenizar iniciativa da Secretaria de Saúde que nos atendeu trazendo aqui hoje uma intérprete de libras, para poder fazer essa interpretação das nossas reuniões. O Sr. Anselmo diz que sobre implantação do E-SUS já temos implantado na Unidade de Saúde de Itaocaia Valley funcionando em pleno vapor, temos implantado também no CARD, no SAE e agora na próxima sexta-feira dia 30 vai ser iniciado no Centro Materno Infantil. Sobre os cidadãos ativos no município são 238. 157 e 92.733 domicílios cadastrados. O Conselheiro Marcelo Rosa pergunta se esse segundo dado já está hoje dentro do sistema E-SUS. O Sr. Anselmo responde que sim. O Conselheiro Marcelo Rosa diz que, para complementar o que foi colocado pelo Sr. Anselmo, que há algum tempo já vem discutindo internamente essa questão da necessidade de uniformizar a base sistêmica da política de saúde começando pelo escopo da Fundação que é a questão da atenção primária, especializada, transporte fora do município e Melhor em Casa, têm sido o alvo de implantação. Aproveitando esse momento nosso internalizado ainda de preparação para assumir os serviços, estamos gradativamente feitas as importações até de uma maneira responsável para ter o início da implantação gradativa e a partir disso vendo os gargalos que possam se apresentar e vir corrigindo. Então imaginamos que até assumirmos plenamente o serviço que ainda estamos trabalhando para isso a gente consegue efetivamente estar já com a implantação dentro do escopo da Fundação e tem uma articulação com a Secretaria para que seja também base de funcionamento das Unidades de Urgência e Emergência. O Vice Presidente diz que não entendeu 230 mil. O Sr. Anselmo diz que são 238 mil usuários cadastrados. O Conselheiro Marcelo Rosa diz que possivelmente passa a ter duplicidade e que foge um pouco do último censo com relação à quantidade de usuário, tem de fato esse elemento conflitante, que a migração para dentro do sistema e a partir dessa migração justamente poderemos fazer esse equilíbrio entre a quantidade de usuários cadastrados e realmente a quantidade de usuários da cidade. O Presidente pergunta se alguém tem mais alguma dúvida para tirar? Agradece ao Sr. Anselmo pela participação. **Sexto ponto da pauta.** Atualização sobre o Processo do Concurso da FEMAR. O Conselheiro Marcelo Rosa diz que já finalizou o processo do concurso, já homologou o mesmo e estamos na fase preparatória para fazer a convocação. Já vencemos o processo de medicina do trabalho, está fazendo uso da ata que licitamos de Medicina do Trabalho, para fazer todo o processo efetivamente admissional, esse processo estamos finalizando, imagina que no máximo na próxima semana já a contratação e vamos ficar só na expectativa justamente na sintonia com a Secretaria e com o Governo nesse time de contratação. Quais são os elementos que a Fundação ainda defende como elemento de dificuldade para assumir plenamente a convocação dos concursados. Para assumirmos o serviço não basta só mobilizar a força de trabalho, precisamos para além desse alinhamento, que é indiscutivelmente dorsal da política de saúde, vencer outros processos que é o que temos efetivamente superado nesses últimos meses de trabalho. Estamos muito próximos de ter todos os elementos factíveis para assumir o serviço. Só para exemplificar já vencemos, por exemplo o processo de medicamentos e foi um processo que o Tribunal acabou de liberar para nós e depois de um pedido de suspensão, com algumas ressalvas de 15 itens no total de 300 itens que tínhamos licitado e que estamos preparando as justificativas para o Tribunal, não tem como por exemplo convocar os concursados para assumir o serviço sem medicamentos, só precisamos equalizar a mobilização de forças de trabalho, efetivamente com todos os elementos



processuais de fornecimentos e prestações de serviços necessários para assumir. O que temos é uma estimativa de pelo em menos dois meses estarmos vencendo todos os processos que ainda não findaram, estamos à disposição para esclarecer qualquer outra questão. O Tesoureiro Antônio Carlos pergunta se esse prazo para chamamento do pessoal que passou nesse concurso, tem um prazo limite para chamar? O Conselheiro Marcelo Rosa diz que não, na verdade o concurso tem validade de dois anos renovável por mais dois anos. Diz que não pensa na lógica do concurso, estamos correndo para assumir o serviço, então esse é o prazo máximo que não queremos usar obviamente. Tão logo vencendo alguns processos que no diálogo com a Secretaria estamos equalizando como processo fundamental para assumir os serviços, quando vencermos essa etapa, impactamos ali a convocação dos concursados. O Vice Presidente pergunta se A FEMAR tem prazo limite para assumir a saúde de Maricá? O Conselheiro Marcelo Rosa responde que o nosso atual contrato tem validade até fevereiro do próximo ano, o que imagina que depende de a Gestão fazer a renovação ou não. Acredito que irá ser feito porque não faz muito sentido, depois de toda essa mobilização, todo esse empenho do ponto de vista processual e inclusive o próprio concurso, não termos a renovação, não que não possamos correr é isso não é uma posição da Fundação em permanecer ou não permanecer. Mas acredita que isso aconteça e tão logo isso acontecendo na perspectiva futura, isso seja um plano de fundo para assumirmos o serviço, não a renovação em si, mas isso que acabamos de falar em relação a equalizar a mobilização de concurso e os processos que são essenciais para não ter nenhum tipo interrupção de serviço. É claro que tem outros processos que vão continuar ocorrendo que não são essenciais, na análise nosso ponto de vista de construção da política, então, tão logo vencendo este processo que são essenciais, faltam poucos, que pode até, na próxima oportunidade, apresentar quais são os processos que listamos como prioritários e em que pé está cada um deles. Vocês vão ver que muitos deles já venceram para o licitatório, já tem até a possibilidade de contratar, mas, as vezes retardamos uma contratação porque não faz sentido contratar e não começar efetivamente fazer uso tanto do fornecimento quanto dos serviços. O Conselheiro Edson pergunta se tem uma previsão certa desses funcionários voltarem, porque houve uma evasão muito grande de ACS, que saíram em virtude do concurso e estão se causando uma grande dificuldade nos PSFs da cidade. Afirma que todos os atendimentos estão acumulando e não estão sendo resolvidos dentro do prazo que era estipulado quando era o processo seletivo. Após esse concurso muitas coisas desandaram. Então pergunta qual a celeridade que possamos ter de não faltar pessoal para o trabalho para que essas demandas possam ser atendidas? O Conselheiro Marcelo Rosa diz que como dito anteriormente estamos equalizando, mobilizando uma força de trabalho, para juntamente com os processos que são essenciais. Isso não justifica essa pseudo informação que o Conselheiro trás, hoje quem está à frente do serviço ainda é uma Organização Social. Então se tem uma defasagem de profissional eles tem que fazer uma mobilização de alguma forma, que seja de cadastro reserva ou fazer um outro processo seletivo simplificado para garantir a execução dos serviços, isso é um outro aspecto. A FEMAR tão logo assuma o serviço vamos mobilizar. O Conselheiro Rodrigo Cantini fala um pouquinho da sua área, que não viu no edital. Mas vocês já sabem onde vão alocar os médicos e quais unidades e se já tem um planejamento? O Conselheiro Marcelo Rosa responde que por mais que o processo tenha um escopo maior do que o tamanho da rede hoje, até porque ele foi feito casado com uma projeção de ampliação da rede, então acredita que nesse primeiro momento da mobilização profissional, ele seja justamente do tamanho que a rede é hoje. Então, aonde tem esses profissionais atuando a partir da organização social que mobiliza tanto na atenção primária quanto na atenção especializada vão ser os mesmos locais de atuação. O Conselheiro Rodrigo Cantini pergunta se na área X teve 20 vagas esses 20 médicos serão chamados? O Conselheiro Marcelo Rosa responde que se o tamanho da atuação da rede é de 20, vão ser chamados os 20, se o tamanho da rede é 20 e você tem 40 vagas no concurso, pode ser que só chamamos os 20 nesse primeiro momento e conforme formos estruturando a ampliação da estrutura da nossa rede física, consigamos alocar outros profissionais, não adianta também avançarmos na mobilização de força de trabalho, se não tem efetivamente local para dar condições a esses profissionais de trabalho. Então isso vai estar sempre de maneira gradativa sendo equalizado. O Conselheiro Rodrigo Cantini diz do porque está falando nisso, porque isso é uma promessa antiga, na sua área, teve médico que pediu demissão e não foi repostado, ele foi trocado de unidade, porque teríamos uma condição melhor de trabalho, que adorou ter sido transferido que a unidade que está hoje é muito mais organizada, efetivamente funciona melhor, mas em comparação continuamos sem material, não temos nem uma cadeira decente para examinar o paciente, a mesma cadeira que era do antigo Centro de Diagnóstico que foi para o Ambulatório Péricles que retornou para o Centro de Diagnóstico toda quebrada e rasgada, sem contar outras coisas. Se ele não levar o seu material não consegue atender ninguém. Pergunta se há previsão de colocar material digno, descente para que possamos exercer a função? **O Conselheiro** Marcelo Rosa diz que quando falamos que estamos vencendo os processos prioritários para fazer uma mobilização é



justamente essas questões, desde as prestações de serviços, aos fornecimentos e até de mobília, precisamos realmente estruturar o serviço, senão acabamos desmobilizando da maneira que está organizada; a outra que é pela Organização Social do nível ou qualidade que esse serviço hoje está prestado na ponta. Não queremos de forma alguma correr o risco desmobilizar precipitadamente sem resolver algumas questões que achamos essenciais, para justamente estar superando esse tipo de gargalo. O Conselheiro Rodrigo Cantini diz, caso sejam chamados por exemplo, 05 médicos vão ter material para eles trabalharem? Que essa promessa já é de outras entidades anteriores às que estão atuando. O Conselheiro Marcelo Rosa diz que sim e que só pode responder pela Fundação. O Conselheiro Rodrigo Cantini diz que o concursado não tem nada a ver com OS ou Fundação, mas que fez alguns pedidos e não foram atendidos até hoje, só foi mudado de unidade. Quer saber se há previsão da FEMAR assumindo a Saúde, se vai estar a contento tudo isso? Sobre o prontuário eletrônico diz que, fomos mudando de unidade e os prontuários foram se perdendo e os pacientes continuam os mesmos, com isso perdemos esse acompanhamento. O Conselheiro Marcelo Rosa responde que por isso a nossa defesa do E-SUS, porque acreditamos que é uma base sistêmica, que conseguiríamos efetivamente universalizar o serviço na cidade e minimizar o máximo a perspectiva de perda de qualquer tipo de informação e até, de fato, valorizando a questão do histórico atendimento desse usuário. É a nossa defesa em relação a adoção do E-SUS. Em relação a infra, aí não fazemos defesa de forma alguma de assumir o serviço sem ter efetivamente as condições de assumir, é claro que existe uma pressão normal da sociedade, como a pressão do governo para que o quanto antes a gente vença isso mas, falando como Diretor, que está hoje na Fundação jamais vai fazer a defesa de assumirmos de qualquer maneira o serviço até é por isso mesmo que às vezes postergamos um pouquinho esse timer, como está dentro da cobertura da nossa vinculação contratual, estamos discutindo permanentemente isso com a Secretaria que é a quem de certa forma, presta o serviço de maneira direta ou indiretamente para toda a população. O Conselheiro Rodrigo Cantini diz que torce que aconteça tudo de bem. O Conselheiro Cunha pergunta ao Conselheiro Marcelo Rosa se para essa relação de prioridade dos serviços prestados temos que fazer um ofício para Fundação ou o Sr. vai disponibilizar para o Conselho. O Conselheiro Marcelo Rosa pergunta se é a relação dos processos vencidos pode trazer na próxima reunião com ponto de pauta pode trazer uma apresentação de quais processos avançamos, quais já tem condições contratuais, quais já estão contratados e que consideramos essenciais e em que etapa eles estão. A Conselheira Eliane pergunta ao Conselheiro Marcelo Rosa se ele tem os números dos convocados concursados? O Conselheiro Marcelo Rosa diz que conforme respondeu anteriormente no primeiro momento a mobilização do concurso vai ser do tamanho que hoje é a rede, sem ampliação, até porque, mais uma vez garantindo que a prestação do serviço possa ser efetiva. Acabamos de homologar o contrato, estamos vencendo o processo de medicina do trabalho, qualquer informação que fale que qualquer concursado da Fundação foi mobilizado é completamente equivocada. Não tem qualquer tipo de relação com a verdade. Não sabe da onde estão vindo essas informações, mas pode garantir que não teve nenhum concursado mobilizado. Até porque quando fizermos a mobilização do concurso, vamos dar toda a transparência dessa mobilização, publicação, isso vai estar exposto. O Conselheiro Antônio Carlos diz que até mesmo quando faz um edital já é oferecendo o número de vagas, então quem passou dentro do número de vagas está e que não passou dentro desse número vai ficar na fila de espera. O Presidente diz que antes de passar para o próximo ponto da pauta queria só retificar a informação que deu aqui a respeito da intérprete de libras, ela é uma profissional fornecida pela Câmara de Vereadores no entanto, ela foi solicitada pela Secretária de Saúde e a Câmara disponibiliza esse serviço aqui, nas reuniões plenárias da Legislativa e as reuniões que ocorrem como a nossa aqui se houver a necessidade de utilização, essa solicitação tem que ser encaminhada à Presidência da Câmara para poder ser disponibilizada. Isso foi solicitado pela Secretária de Saúde atendendo à solicitação do CMS-Maricá que foi questionado por uma usuária presente em uma das reuniões do CMS-Maricá. **Sétimo ponto da pauta:** Apresentação e Aprovação do Edital de convocação das entidades para participar da CISTT(Moisés). O Presidente retorna ao ponto de pauta dizendo que o Conselheiro Moisés havia solicitado que deixasse esse ponto para o final da reunião, mas como ele chegou iremos fazer a apresentação, passa a palavra para o Conselheiro Moisés que agradece pela compreensão, apresenta a resolução do Edital de convocação das entidades para participar da CISTT, explicando toda a resolução. Ressalta a importância de incluir CDL que também representa os Lojistas, que traz uma Associação Patronal. A Secretária Geral lembra da necessidade de incluir outras entidades dos municípios que fazem parte do CEREST, porque Maricá é Polo do CEREST e envolve 05 municípios. O Conselheiro Moisés concorda com a inclusão. Fala sobre a importância de compor a CISTT no município que é um movimento a nível nacional e vem se fortalecendo no Estado do Rio de Janeiro; em breve vamos receber as oficinas de preparatórios para a 5ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora que vai acontecer em algum



197 lugar desse Brasil, ainda não sabemos, mas antes vai acontecer as Conferências Municipais, Regionais e Estaduais e  
198 possivelmente Maricá será sede dessa Conferência Regional que estamos organizando. Então isso é importante para  
199 fortalecermos a Saúde do Trabalhador. Isso é uma luta que estamos travando há algum tempo sobre fortalecimento do  
200 CEREST, sobre o fortalecimento do pensamento da saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Então é importante  
201 pensarmos sobre a composição e a criação dessa CISTT que é o órgão adjunto ao CMS, mas ela tem uma pegada de  
202 controle social para pensar na saúde do trabalhador a partir da demanda dos Trabalhadores e das Trabalhadoras muito  
203 forte. A Conselheira Aparecida fica com uma dúvida sobre a composição. O Conselheiro Moisés tira todas as dúvidas,  
204 explica, que após aprovada a resolução, será publicado no jornal oficial do município e como nem todo mundo tem acesso  
205 ao jornal, será feito um ofício circular para enviar via e-mail para as entidades. O Presidente coloca em votação. Foi  
206 aprovada por unanimidade e será publicada a resolução. **Oitavo ponto da pauta:** Acesso ao recurso do CMS- Maricá  
207 (Denise) A Conselheira Denise diz que há recusa contínua, recebemos um ofício ontem da Secretaria dizendo que não há  
208 viabilidade, a lei mais uma vez sendo descumprida. Em novembro do ano passado a Doutora Solange se comprometeu a  
209 tratar com a Controladoria do município essa questão. O que acontece com ela classifica como um abuso e absurdo, quando  
210 foi aprovada e liberada uma ajuda de custo para estar representando este Conselho no Estado. Está se bancando, trabalha  
211 de graça, gastando do seu bolso. Então solicita ao Conselho, lamentando já porque sabe que dificilmente vai ser aprovado;  
212 é que o Tribunal de Contas seja provocado para fazer uma auditoria nas contas do Conselho, precisa de uma auditoria para  
213 de uma vez por todas a prefeitura respeitar este Conselho, nós trabalhamos com muita seriedade e com muita decência,  
214 estamos sendo enrolados há anos com as falas mais descabidas e mais insensatas. Somos comparados a Funcionários  
215 Públicos, as regras para o Conselheiro têm que ser pela determinação pública, só que Conselheiro não recebe  
216 absolutamente nada. Quando nos colocamos como voluntário e estamos como voluntários com absoluta certeza fazendo  
217 um trabalho sério. Diz que vai para o Rio duas ou três vezes por semana, se dispõe a fazer um trabalho sério e não tem o  
218 menor respeito da Controladoria, temos processos importantes negados, assim quando se tem verba do Conselho para  
219 funcionamento do Conselho, então solicita a esse pleno que seja deliberado um ofício ao TCE - Tribunal de Contas para  
220 que faça uma auditoria de como é usada a verba do Conselho, porque passa o ano inteiro, o dinheiro que está separado  
221 para uso do Conselho o Conselheiro nunca usa, então temos que saber como é usado, porque virando um ano esse dinheiro  
222 desaparece, quer dizer, nós não usamos, não tivemos um mínimo de apoio porque é injusto e veio. Acho muito feio para  
223 prefeitura que não se tenha nenhum respeito com o Conselheiro, fica aqui a solicitação de provocação do Tribunal de  
224 Contas para que venha fazer uma auditoria de como é gasto o dinheiro do Conselho. Afirma que para o fim a que se destina  
225 não é usado, que é apoio ao trabalho dos Conselheiros. A Conselheira Ana Mayda diz que acho que é o mesmo ponto  
226 pauta da diária, acha que esse recurso é o mesmo que você está falando que é aquele ofício que trata das diárias para  
227 participar da reunião, então, na resposta do ofício para participar das reuniões fora do município, na resposta ele fala a  
228 respeito de uma deliberação. Então o que já dissemos no ofício é que são os mesmos tramites que fazemos com servidor  
229 público, vamos fazer para os Conselheiros porque é a forma que temos para a utilização do recurso, não podemos utilizar  
230 o recurso da administração pública sem comprovarmos se damos entrada num processo administrativo, já tínhamos falado  
231 sobre isso. Sugere disponibilizar o Luiz Fernando para fazer uma reunião com vocês. A Conselheira Denise agradece. A  
232 Conselheira Ana Mayda responde para a Conselheira Denise, além do Luiz Fernando, alguém que seja da Assessoria  
233 Técnica que auxilie vocês nesse assunto. Diz que jamais faria isso porque acabamos de ler o código de ética a respeito: De  
234 respeito, deveres e direitos, que precisa colocar a parte da Secretaria, Então a sua sugestão é que faça uma reunião com o  
235 financeiro da Secretaria de Saúde e que entendemos que você realmente tem o direito de utilizar bem como qualquer  
236 Conselheiro. O Conselho tem recurso para ser aplicado, vocês têm direito a essa diária, só temos que ver junto a  
237 Controladoria, quais são os passos? Qual é o trâmite para que vocês tenham e é o que já estamos fazendo, já encaminhamos  
238 a demanda de vocês para uma resposta da Controladoria para que você tenha esse direito. Então está aqui à disposição,  
239 tanto o Coordenador Financeiro, quanto uma Assessoria Técnica que tire todas as dúvidas de vocês e que é realmente uma  
240 coisa muito importante. Não temos autonomia administrativa para definirmos como disponibilizar diária. Nós realmente  
241 dependemos de uma deliberação, de legislação para então responder a vocês de forma técnica e correta a utilização do  
242 recurso. A Conselheira Denise faz a réplica, diz que em primeiro lugar, nós tivemos essa reunião mais de 10 vezes, fomos  
243 absolutamente desrespeitados pelo senhor Luiz Fernando, ele não nos respeita. Ele nos trata como pedintes, está a Anna  
244 Maria que não pode negar. A promotora passou uma descompostura no Luiz Fernando por causa da atitude dele dentro do  
245 MP, e nos orientou a não desistir em frente, dentro da sala do Conselho ele virou para Conselheira Anna Maria, disse que



a Promotora nos desrespeitou. Ele mente, ele debocha. Então vamos voltar ao código de ética? Afirma que são 12 anos da mesma, não é você Ana Mayda e nem a Secretária, são 12 anos que está aqui, trabalha com seriedade, solicito a esse pleno que de uma vez por todas se tome uma providência correta, porque voltar para a reunião com Controladoria, com financeiro para sermos mais uma vez desrespeitados não vale a pena, mas se o pleno for pela Secretaria lava as suas mãos. A Conselheira Ana Mayda diz que acha que caberia saber se todos tivermos ciência do ofício respondido, porque no ofício deixa claro que vamos retornar a resposta, que estamos vendo, a melhor forma de resolver o que foi solicitado e o que sugere pela Secretaria e que a Conselheira Denise acabou de colocar a questão do TCE, que andemos mais um pouco e que tenha o retorno da Controladoria com relação a demanda de vocês. Todas as diárias solicitadas, seja de viagem, cursos, seja para o que for, vocês sempre têm a anuência da Secretária e autorização, então não acredita que vai ser diferente, o que causa um pouco de dificuldade é que o calendário tem suas datas com um espaço menor, lembramos que tem uma burocracia e isso não depende de nós, depende de uma validação, de todo um caminho processual. Então é isso que está sugerindo e colocando. O Conselheiro Cunha pergunta se aqui no município não tem uma diária dos funcionários. A Conselheira Ana Mayda responde que tem e é essa que está citando inclusive, o ofício que é regido pela deliberação. O Conselheiro Cunha pergunta se não consegue se adequa junto ao Conselho, acha que é necessário porque somos um servidor não remunerado. A Conselheira Ana Mayda responde que no ofício está escrito que a mesma deliberação que é utilizada para o servidor público hoje seria utilizada para o Conselho. A Conselheira Denise diz que verba do Conselho, não é a mesma verba de Secretaria, de controladoria voltaremos à estaca zero, não é pela Ana Mayda, não é a Secretária, principalmente essa que está aí, ela tem todo o seu respeito e admiração. Todas as outras sempre foram sensacionais tentaram de tudo Doutora Simone enlouqueceu, para que ela recebesse um estorno do que gastou e só recebeu a metade seis meses depois, isso é falta de respeito, nós trabalhamos de graça. Então ou esse Conselho toma atitude de uma vez por todas ou o Conselho continua debaixo dessa Prefeitura que tudo pode, menos respeitar Conselheiro. O Presidente diz que por uma questão de ordem não podemos ficar em réplica e tréplica infinita. A Conselheira Denise já colocou o posicionamento dela, a Conselheira Ana Mayda em nome da gestão, já colocou, existem conselheiros aqui inscritos para poder falar sobre o tema. A Secretária Geral faz uma sugestão: Que façamos uma reunião com a Procuradoria do município. Nós precisamos estudar e fazer uma lei específica para isso para o Conselho e é respeitando e seguindo os trâmites da Lei Federal que existe e regulamenta diária de Conselheiro, de servidores, enfim que estejam a serviço do município, do estado e da União, o que temos que fazer é sentar com a Procuradoria fazer uma Lei específica, enviar para Câmara, para ser aprovada como Lei para que se possa ter o segmento. A Conselheira Rose Mary diz que é só para corroborar com o que vocês estão falando aqui, não sabe se o Conselheiro Marcelo deve recordar, não sabe, ano passado isso foi pauta também de reunião ordinária com a presença da Secretária a Doutora Solange em que nós aventamos também essa dificuldade toda e naquele momento, se recorda, só não se recordo exatamente da data, mas sabe que foi no ano passado em novembro 2023 e que foi falado isso, que nós iríamos, procurar o Tribunal de Contas do Estado, por sugestão do Conselheiro Marcelo Rosa, ele falou “não, isso não é necessário, vamos dentro das nossas instâncias” e ela até perguntou se precisaríamos protocolar, fazer um ofício. Ele respondeu “não é necessário já está pautado aqui, nesse pleno, nessa ata” e desde então nada foi feito, não entendi? Então quer dizer nós estamos sempre voltando a mesma estaca zero, é por isso acredita que seja e entende a indignação da Conselheira Denise em relação a não vermos uma solução para isso, fica sempre esse embate, esse desgaste, então acho sim, que seria bom é voltarmos aqui no pleno com a anuência dos demais conselheiros essa consulta sim ao Tribunal de Contas do Estado, porque aqui dentro do município nós não estamos conseguindo resolver e isso vem se arrastando. Tivemos reunião aqui com o Sr. Luiz Fernando e nada ficou resolvido, essa é a sua fala. O Presidente diz que existe dois tipos de fala: A Conselheira Denise por sua indignação solicita, que seja feito uma auditoria nas contas do Conselho, isso é uma coisa. Não vê isso como proporcional ao que está querendo sugerir, Tribunal de Contas vir fazer uma auditoria nas contas, o Tribunal de Contas ele pode vir fazer auditoria no meu ponto de vista de forma bem isenta como faz, só que isso não nos trará soluções, vir aqui fazer uma auditoria ou não fazer, não vai trazer solução. Agora em outro momento, vamos no segundo caso hipotético solicitar o Tribunal de Contas que nos ajude, que nos Oriente junto ao município inclusive, uma forma de se estabelecer uma legislação ou algum procedimento que pode ser validado legislativamente que viabilize ou que equipare com os mesmos direitos que o servidor público o Conselheiro, isso vai viabilizar os gastos, vai viabilizar todo o procedimento e vamos conseguir resolver nosso problema, agora, não acredita que usar o termo de auditoria de contas seja a ferramenta que devemos utilizar. Não está defendendo o fato de não irmos ao Tribunal de Contas. Até mesmo porque fala em nome da gestão do município não tem nada a esconder ou a temer do



Tribunal de Contas, que está sempre aqui, é sempre parceiro do município, o que está querendo dizer é que precisamos acalmar os ânimos para procurar o termo correto, a ferramenta correta, independente de provocarmos o Tribunal de Contas. Lembra que é a sugestão trazida pela Ana Mayda que foi provocada aqui também pela Gestão em outrora, sobre nós compormos uma comissão multidisciplinar entre Procuradoria Geral do município, Controladoria Geral do município, representante do Conselho para se formular uma ideia e qual o caminho pode ser tomado para se mandar uma mensagem para Câmara e esse é o caminho, se essa é ferramenta não sabemos, mas sentar com os autores que podem fazer isso para achar a solução, achar qual é a ferramenta certa para aquele prego que queremos pregar. É isso que está querendo dizer aqui por que? Simplesmente por conta de animosidade vamos direto ao Tribunal de Conta? O que vai acontecer? Isso vai levar muito tempo, o Tribunal de Conta depois de muito tempo vai chegar aqui no município e vai perguntar o que que está acontecendo Conselho? Olha não estamos conseguindo utilizar a verba do Conselho Municipal de Saúde por quê? Porque não existe procedimento legal hoje que institua a forma que possamos utilizar a verba então, temos que utilizar meios que acabam sendo morosos, acabam tendo restituição, quando têm, muita das vezes vocês não têm a restituição devida, vocês vão lá gastam entram com o processo e não conseguem a restituição, como o Conselheiro Moisés também teve problema com relação a isso, então, o Tribunal de Contas vai entender o seguinte. Ah sim falta procedimento, então vamos sentar todos os órgãos juntos Controladoria e Procuradoria e vamos montar um procedimento para que isso vire uma lei ou um decreto, ver qual é a ferramenta legal que pode instituir esse procedimento para vocês, então é isso que está querendo propor a vocês, que por ele é muito simples uma rubrica, despacho de um ofício para o Tribunal de Contas ou para o órgão que for, só que isso de fato vai resolver o nosso problema hoje? Então acha que precisamos cobrar muito mais da Gestão de criarmos esse grupo ficar perturbando o Conselheiro Marcelo, a Doutora Juliana para nos ajudar a fazer essa conexão, já marcamos uma data, ver a data mais próxima para que a gente consiga se reunir e montar essa comissão interdisciplinar com todos esses agentes envolvidos. Essa é a sua proposta. O Conselheiro Marcelo Rosa diz que lembra desse debate sim, só não lembra exatamente o que falou e queria ter essa memória, mas não tem, particularmente pode consultar, se for necessário, sem nenhum problema Conselheira Denise. Continua achando que é uma matéria não tão absurda de ser resolvida, continua defendendo que o caminho de Tribunal de Contas para resolver esse tipo de matéria como o próprio Presidente falou é completamente desproporcional, entende também a insatisfação dos Conselheiros, que a gente vem há tanto tempo fazendo debate sobre essa matéria e não conseguimos ter uma proposição definitiva, acha mesmo que a Gestão e fala por ela também precisamos gastar uma energia para essa matéria que pode não parecer tão importante no universo de outros materiais complexos que nos se apresenta no dia a dia, mas é a relação com o Conselho. Desculpa, não deveríamos estar perdendo o tempo que estamos perdendo de uma reunião de Conselho com tantas pautas absurdamente importante, não é desconsideração dessa matéria; para discutir essa matéria que na sua opinião deveria ser uma coisa, desculpe que já deveria ter superado há um bom tempo. Faz um apelo ao conjunto de Conselheiros hoje não está mais na Secretaria, está na Fundação, mas o que puder como militante hoje da saúde junto a Fundação na interlocução com a Secretaria que a gente pensasse sim, que a modelagem, seja ela qual for, resolva e supere esse problema de uma vez por todas. Acha que precisamos de fato fechar esse mosaico. A Conselheira Denise diz que só para corrigir pediu uma auditoria, é uma pessoa bem inteligente, graças a Deus, existe gastos não explicados na verba do Conselho, auditoria para saber com que é gasta a verba do Conselho quando ela não faz o seu papel, não foi compreendida sua fala. É preciso uma auditoria, porque existem gastos que discorda e outras despesas e vira tudo pizza, é feio, é desagradável. Então não é maluca como é chamada, agora a ética vai resolver quem a chamar de maluca. Então é muito séria, muito responsável, nunca quis nenhum benefício como voluntária, tanto que é voluntária em tudo, até em comunidade, mas acha vergonhoso o que se passa, todo o final de ano aparece os gastos. Mas não temos uma nota, uma comprovação, a verba que é destinada ao conforto de Conselheiro é usada, mas o Conselheiro não sabe como, não é a causa de auditoria então, pelo amor de Deus. O Conselheiro Marcelo Rosa diz que dividindo as matérias: Uma coisa é questão de criarmos uma regulamentação, que justifique um processo dentro dos parâmetros legais da verba do Conselho, outra coisa é fala da Conselheira Denise em relação à suspeita de gastos não identificados, essa é uma outra matéria e que se há efetivamente, o Conselho de fato tem que se manifestar, mas só vamos separar as duas questões, porque são duas questões completamente distintas na sua opinião e, mais uma vez esse Conselho, ele tem toda a legitimidade para buscar qualquer tipo de informação em relação as contas, até porque quem aprova as contas da saúde é o Conselho então, permanentemente se apresenta aqui os relatórios e esse pleno aprova ou não então, vamos separar as duas coisas, entende o calor da emoção de superar algumas matérias, mas vamos ter um pouco de sabedoria para entender e discernir questões distintas umas das outras, senão daqui a pouco



vamos estar colocando tudo no mesmo pacote e criando um clima, na sua opinião, completamente desproporcional dentro do Conselho. Acha completamente fora da medida, na sua opinião isso aqui é um espaço democrático, as pessoas podem discordar, têm a liberdade de fazê-lo, mas por favor é o mínimo. O Presidente diz que o quê o Conselheiro Marcelo falou é o que ele comunga também de pensamento, que temos dois momentos, se há indícios de irregularidade nas contas, identificado o suspeito por qualquer um dos Conselheiros podemos levar ao Tribunal de Contas. O Conselheiro Marcelo Rosa fala com o Presidente se esse é o elemento e faculdade para resolver o problema das diárias, pelo amor de Deus, completamente compatível, na sua opinião se tem indício de qualquer gasto fora do que seria o parâmetro legal. Desculpa, o Conselheiro tem que apontar qual é, e que gasto é esse? e vamos apurar como Conselho, agora ficar jogando assunto ao vento perdão! Qual é o fato concreto? Pede à Conselheira Denise que apresente, qual é o gasto que não tem vinculação? Qual é? até ele quer saber quais são? A Conselheira Denise afirma que vamos apresentar. Porque um assunto está totalmente ligado ao outro, uma investigação vai fazer com que está errado hoje de desrespeito ao Conselheiro seja acertado sim. Podem continuar dizendo que ela está errada e ela afirma estar certa. O Presidente diz que isso aqui realmente é um espaço democrático, cada um tem o completo direito de manifestar a sua opinião, só que precisamos ter bom senso, saber encaminhar as coisas. Isso aqui não é a vontade de um, isso aqui é a vontade de um colegiado, é um colegiado composto por pessoas inteligentes, pessoas adultas que sabem que as coisas precisam ter o mínimo de critério. Existe a necessidade? Uma coisa é você “solicitar uma auditoria nas contas porque tem indício de irregularidade, outra coisa é porque quero usar o dinheiro”. No primeiro caso não vê compatibilidade dos pedidos. Primeiro se existe indício de irregularidade e segundo existe a necessidade de se criar um procedimento para a utilização dessa verba. Acha que tem que ser dois ofícios ao Tribunal de Contas então. Ao Tribunal de Contas, porque a Conselheira tal apontou a suspeita de irregularidade nas contas da Secretaria de Saúde no que concerne a verba do Conselho e assim solicitamos uma auditoria. Segundo ofício ao Tribunal de Contas solicitando o auxílio para se viabilizar uma forma, um procedimento administrativo, que permita uma utilização mais factual, uma utilização menos morosa, menos burocrática por parte dos Conselheiros ao recurso público então, acredita que seja essa a ideia que se deva pontuar. **Nono ponto da pauta:** Relatório sobre o CISTTÃO (Moisés). O Presidente diz que o Vice Presidente teve que se ausentar e que esse ponto ficará para próxima reunião. O Conselheiro Moisés diz que esse relatório foi algo que tinha pedido para nossos companheiros Jorge, lembrando que o Conselheiro Jorge participou do CISTTÃO e que ele falou no grupo, então parecia que era algo contra o Jorge. Deixou bem claro na última reunião que não é nada contra o Jorge ou qualquer outra pessoa ir em qualquer tipo de evento, acha que temos que ir mesmo, que sejamos reembolsados para isso, mas precisamos referendar essas decisões do Conselho, cita exemplo de como não deve acontecer e que precisa ser referendado por esse pleno. Lembra de quando foi para a Conferência Nacional teve que prestar contas e fez um relatório que está arquivado no Conselho, então foi isso que pediu ao Conselheiro Jorge, Vice-Presidente do Conselho, que apresentasse um relatório ao colegiado do que ele tem para contribuir para a discussão sobre o trabalhador Maricá. Ficou para a próxima reunião. **Décimo ponto da pauta:** Relatório de faltas desde o início do mandato/justificativas. O Conselheiro Moisés diz que isso é uma discussão que estava olhando que não precisa acompanhar. O que vocês falaram mais uma vez sobre a questão do Edson, que está aqui hoje, que defendeu na semana passada, que se tem uma regra que é regimental, que fala sobre o número de falta, então precisa valer para todo mundo, pediu a mesa diretora que apresentasse esse relatório de falta. Acha que foi até postado no grupo, mas não conseguiu olhar por motivo de deslocamento, mas não sabe, se tiver alguém na mesma situação do Edson, acha que essa outra pessoa se for o caso, de caçar o Edson, afirma não saber como está a discussão e nem se já discutiram isso aqui hoje, não sabe como está a discussão no grupo, mas acha que é uma regra que se vai valer para ele, vai ter que valer para todo mundo, então quando pediu o relatório de faltas foi para que pudéssemos dar transparência. Sugere que zere isso e daqui para frente, ou se aqui para frente vai valer o Regimento ou então vamos atrás de todo mundo, é o que defende. E uma discussão que queria voltar, é a sua fala na última reunião nossa Edson, não sabe se foi essa discussão, a não foi isso pede perdão e retira tudo que vai falar aqui, mas defende sempre que a cadeira não pertence ao CPF “não pertence a Moisés”, que está aqui representando uma instituição, SINEDUC, Sindicato dos Profissionais da Educação do município, se o SINEDUC falar assim para mim o Moisés, não vai continuar mais no Conselho e informar ao Conselho, tenho que sair, a cadeira não é sua e sim da instituição a qual representa. Se porventura o Edson ou se alguma instituição está pedindo que o Edson se retire, é a instituição que ele representa, não sabe se esse é o nível da discussão, a NOVA que ele representa se for o caso precisa pedir sua substituição, não cabe outra instituição solicitar a substituição, qualquer outra instituição pode até fazer uma representação, se acha que tem legalidade para fazer, caso o Edson ou outro qualquer Conselheiro não



esteja vindo as reuniões e pedir que fosse cumprido o Regimento, agora o que não pode é tomar a cadeira do Edson. Então acha que isso precisa ficar muito forte nas nossas mentes, a cadeira não é nossa, que até falou isso com o Conselheiro Edson na última reunião, porque é da sua instituição falar não dá e também o Conselho falar que de modo regimental, não dá para você continuar e o Conselho seguir todo o rito vamos ter que atacar. O Conselheiro Edson diz que todas as suas faltas foram justificadas e que a Secretária chegou falar para o Presidente da NOVA que ele estava a trabalho na maioria desses dias, só durante a semana estávamos tendo uma atuação constante, ele, as Conselheiras Denise e Rose Mary estavam fazendo as fiscalizações e só não vinha às reuniões ordinárias, porque concediam constantemente com o dia do seu trabalho, e no dia da reunião não dava para vim, mais estava justificando todas elas, que pediu orientação a Secretaria perguntando o que deveria fazer, tanto que poderia ter sido avisado antes do total de faltas, mas acha que o Conselheiro ele tem que dar o coração dele, cita como exemplo a Conselheira Denise e suas atividades representando o Conselho e com isso muito frequentemente, ela não poderia estar nas reuniões ordinárias, durante alguns meses ficar justificando a atuação dela vai ser prejudicada por um dia? Mas só que ele estava atuando o tempo todo, mas justificando suas faltas. Também não estava vindo às reuniões ordinária, mas estava trabalhando, visitando os postos, correndo atrás de melhoria para os ACSs, para os postos e para os usuários e do nada chamou um Black, que conseguiu se organizar e desde então não tem faltado. A Conselheira Denise diz que está espantada e assustada, que já viu coisas muito terríveis nesse conselho, e se pergunta todos os dias porque ainda permanece diante de tanto coisa ruim, mas a cada dia mais vê a necessidade do povo e dá uma coisa no coração de abandonar. Agora uma instituição querer tomar a vaga da outra e esse Conselho aceitar isso facilmente perdão, Dani, não é com você, mas esse Ofício dessa instituição a deixou horrorizada, e como o Conselheiro Moisés falou é um Conselheiro ativo, ele esteve conosco na comissão de atenção básica. Foi um dos melhores parceiros que ela teve até hoje, sempre questionando aquilo que não sabia, sempre colaborando, muito parceiro e de uma hora para outra vira de novo um caça às bruxas. Já fizeram isso com ela aqui, isso é muito feio porque é um ano inteiro de muitas faltas e não houve nenhum problema. Agora se depara, viu hoje no grupo ofício da FAMMAR, eu quero a vaga. Gente, o que está acontecendo nesta instituição, neste colegiado é que é espantoso, é uma situação que causa pavor, porque isso passa de todas as raías da decência. Vamos resolver a situação do camarada como Moisés falou. Chama a instituição, ele assume, não realmente estou dificuldades não tenho o desejo de participar e existe uma máxima que é dito pelo Conselho, não só pelo Conselho Nacional que também está no SUS é abraçar aquele que quer ficar, é abraçar aquele que quer participar, nós temos tanta dificuldade de ter pessoas com interesse e com vontade, aí também vetando um camarada que tem a vontade, tem intenção de continuar, então esse Conselho aceitar esse ofício dessa instituição, acha que se esse Conselho passar por cima dessa situação tão ruim, tão feia a sua decepção vai ser maior ainda, porque realmente esquecemos a ética e a moralidade, porque quando uma instituição manda um ofício ao Conselho querendo tomar a vaga de outra instituição a gente se assusta porque qualquer uma aqui que fica sujeita. A Conselheira Rose Mary diz que acha que houve um equívoco no relatório de faltas apresentado até no grupo, porque segundo o Regimento o artigo 11 inciso 5 ele fala que essas faltas elas são computadas no período de um ano e, salvo engano, ele veio de janeiro de 2024 até a presente data, que nós estamos em agosto seria até julho não? Então não tem um período de um ano, porque se for pegar o período de um ano conforme o Regimento teria que pegar de julho de 2023 até junho de 2024. E aí seriam apresentadas as faltas dos demais conselheiros também sem justificativa. O Conselheiro Edson diz que se pegar esse período já estará com falta mesmo. A Conselheira Rose Mary diz que corrigindo o equívoco desse relatório que foi apresentado e segundo o Regimento, para no caso afastar o Conselheiro apontando o número de faltas. Esse apontamento ele deve ser feito com aferição do período de um ano O Presidente cita um fala da lei do direito. E sempre a lei vai de encontro ao nosso conforto. Mas, entretanto, sabemos que é muito necessário revisarmos o Regimento Interno, para resolver esses problemas internos que vêm acontecendo constantemente e mostra o quanto é preciso atualizar esse regimento interno. Tem aqui pessoas adultas, sabemos que aqui existe representatividade dos mais diversos segmentos, não é porque represento uma cadeira que faz parte da gestão, que vou ter possibilidade de estar aqui todas as reuniões ordinárias, muitas das vezes existe necessidades coletivas nessa cidade completamente urgente que tira sua atenção daqui e isso vai computar como falta, justificativa de trabalho Edson, com a máxima vênica, e um pedido de perdão não é justificativa, porque o próprio regimento interno do Conselho ele possibilita ao Conselheiro que trabalha a dispensa de trabalho, muito embora o próprio Regimento Interno no artigo décimo segundo ele, diz o que é falta justificada. Ah não minhas faltas foram justificadas. Vou faltar por causa disso, vou faltar por causa daquilo não, o Regimento prevê, o que vai ser considerado uma justificativa, só existem duas justificativas possíveis para falta de qualquer Conselheiro, uma se ele tiver em representação ao Conselho fora no



mesmo momento da reunião. Já aconteceu aqui de o Jorge estar numa reunião do CISTTÃO acontecendo no mesmo horário que estava acontecendo na reunião, essa falta dele é abonada, essa justificativa, ela é acolhida, segundo em caso de doença, mas pasmem o Regimento prevê no máximo duas faltas por doença no ano, então se você ficar doente quatro vezes no ano, em duas doenças você é abonado, as outras duas não, isso é absurdo, mas esse absurdo está no Regimento e esse Regimento ele está em vigor. Então propõe e diz que temos duas situações, acabamos de votar o código de ética e o código de ética diz que os Conselheiros tem que fazer valer o Regimento sob pena de ser submetido com o código de ética, só que por outro lado também temos aqui a questão do bom senso que ele deve imperar, o que é razoabilidade? Precisamos entender que o que acontece às vezes com os Conselheiros: Edson, ou com Adriana, ou com Rodrigo Cantini, com Doutor Marcos. Pires, ou com ele ou com alguém da gestão Ana Mayda, essa possibilidade de acontecimentos pode dar para qualquer um, uma doença, um imprevisto na rua ou às vezes a doença não é com você, mas é com membro da sua família. Cita o episódio com seu pai, aquilo ali não justificaria em tese pelo Regimento, não justificaria uma falta sua porque o Regimento é claro, então precisamos flexibilizar esse Regimento o quanto antes não só nesse assunto, mas em vários outros, mas enquanto isso não acontece teríamos que fazer aqui e se fosse para cumprir o Regimento como manda, como manda a Lei do Conselho e o código de ética teríamos que fazer uma limpa de praticamente 90% do Conselho. Quase que ele estava na berlinda, estava querendo, rezando para ver essa lista de presença para poder ele ter mais de três faltas para ser considerado expulso, porque tudo que quer é um motivo, muita das vezes falou, não é hipócrita, porque às vezes cansa, é cansativo gente, o controle social é cansativo, todo mundo sabe disso, mas não conseguiu. Infelizmente ainda está no jogo, mas se formos parar e ponderar seja Conselheira Rose Mary fazendo uma comparação de 2023 até agora, seja considerando os primeiros meses desse ano, se fosse considerado 2023 juntando no período desse ano, o Conselheiro Edson já tinha extrapolado muito, ficaria até pior para ele é melhor nem mexer em 2023. Porém, não ia ficar ruim não só para ele, ia ficar ruim para todo mundo, quase para o Conselho inteiro, você imagina parar o Conselho agora nesse momento mandar ofício para todas as instituições pedindo substituição fazendo valer o Regimento, íamos ter uma perda muito maior, não está defendendo você Edson, mas ao mesmo tempo está defendendo só o critério de razoabilidade. Então dentro de uma propositura que o Conselheiro Moisés falou aqui, acha que poderíamos pensar na possibilidade não é de se descumprir o Regimento é de se criar uma possibilidade de razoabilidade por um bem maior, por um bem coletivo. Não só de nós, mas, da população que é a quem mais interessa e pautar em primeiro debruçar para se refazer o Regimento Interno colocando uma flexibilidade maior nisso dando, possibilidade de mais justificativas de falta porque isso é possível, isso pode acontecer com qualquer um, cita exemplo de pedido de possibilidade de dispensa de trabalho, pelo menos um dia de atestado. Então precisamos flexibilizar isso daqui, o Regimento Interno e dentro dessa questão, precisamos criar um critério também de razoabilidade, porque todo gás que foi desenvolvido em cima disso aqui, foi por conta de 09(nove)reuniões que teve esse ano o Conselheiro Edson faltou 07(sete), só participou de duas depois que teve o problema de se suscitar a saída dele, diz que respeita a FAMMAR, respeita todas as instituições representadas aqui no Conselho, mas acha que é o momento é não retroagir, é um momento de sermos adultos, sabermos que nós temos responsabilidades, não estamos descumprindo o Regimento Interno, estamos criando um critério de razoabilidade para que não percamos todo o trabalho que executamos até aqui, porque senão 90% do Conselho está comprometido. Esse Conselho vai ter que se recompor, se refazer novamente. Então essa é a sua proposta. O Conselheiro Edson agradece a fala do Presidente que ele não foi parcial, que não tende como discussão, a busca do Conselho vai ser incessantemente em busca de melhorias, acha que nesse último biênio nós conseguimos de um avanço muito grande de muitas coisas, de interação com todo mundo dentro do grupo, foi falado hoje e foi falado outro dia, acha que estamos num momento em que todos devemos nos unir, continuar lutando, sendo ativos, tem a necessidade de estar nas reuniões ordinárias, mas como o Presidente falou acabamos tendo problemas, mas o que for decidido irá acatar, a sua queda de braço é pelos trabalhadores e funcionários da saúde de Maricá. O Presidente diz que não há que se falar em queda de abraço, aqui o interesse de ambos é o mesmo, não tem que ter vaidade, aqui não tem que ter esse tipo de diálogo de discurso, o discurso aqui tem que ser uma só o controle social, a melhoria do SUS. Sugere que coloque em votação não é que estamos descumprindo o Regimento. Mas damos ao Regimento a possibilidade de flexibilizar essa questão com relação as faltas, em motivação ao bem maior do Conselho nesse momento, traçando todos nós aqui um compromisso com às comissões pertinentes para que sentemos o mais rápido possível para se fazer esse Regimento da mesma forma e com o mesmo gás que tivemos de fazer o código de ética bem elaborado como foi esse, então, certamente iremos conseguir refazer o Regimento Interno desse Conselho para que consiga dirimir esses e outros eventuais problemas aqui no Conselho então O Conselheiro Moisés diz que em cima do



você falou está caminhando como informes, talvez pudéssemos votar. Enfim não sabe se pode ser hoje, precisamos de alguém falando de saúde, não sabe se precisa criar uma comissão temática de trabalho ou grupo de trabalho seja como for chamado para revisar o regimento interno e a Lei de criação do Conselho, por que a Lei de criação do Conselho, ela precisa ser revista a cada dois anos, por exemplo precisa criar e revisar é importante aprovar porque dá responsabilidade. Criamos a comissão para tratar da ética e agora para o Regimento. O Presidente diz que comissão, parece que tem, tem que ver quem são os componentes, ver se vai atualizar, quem não está ou quer fazer parte. A Conselheira Denise pede desculpas por interromper vocês, pede para deixar para pauta da próxima reunião formar comissão de legislação, não é exigente igual é de ética, explica que a Comissão de legislação é que trata de Leis e de Regimento Interno. O Conselheiro Antônio Carlos diz que quer deixar registrado que assim como existiu a Comissão de Ética de caça as bruxa que a Conselheira Denise sabe muito bem disso, sentamos com a Dra. Laura e fizemos um Código de ética com consenso, igual sempre falou Comissão de Ética não é para punir ninguém é para dar responsabilidade e que façamos a mesma coisa com o Regimento e que comunga da mesma opinião do Conselheiro Moisés se fizemos isso aqui, podemos fazer uma comissão para ver a mudança da Lei e do Regimento Interno que chame a Dra. Laura para nos ajudar nessas revisões O Presidente coloca em votação porque foi proposto aqui mais uma vez para que permaneça na forma como está até que a gente consiga revisar nosso Regimento Interno. Já existe uma comissão de elaboração de regimento e da revisão lei, essa comissão é composta por ele, Jorge, Carlinho, Cunha, Anna Quintanilha, Denise e Rosemary e só nos juntarmos e procurar Doutora Laura novamente para fazermos essa releitura. Coloca em votação, foi aprovado por unanimidade. Diz que tivemos esse encaminhamento de pleno acordo aqui por todos os Conselheiros Titulares, acredita que tenha dado um avanço, um grande passo em prol da democracia, em prol do diálogo, isso precisa reverberar nesse Conselho, porque existe um bem maior a ser tratado. **Décimo primeiro:** Comitê de Ética da FEMAR. O Conselheiro Marcelo Rosa diz que o Correto era Comitê de Ética e Pesquisa, só para esclarecer que ele faz parte de Diretoria onde fica a base Legal justamente para compor o comitê, existe uma exigência por parte do Governo Federal, você tem no mínimo 10 profissionais com doutorado e não temos hoje, só temos 5 ou 6 dentro do quadro de profissionais, o que imaginamos que tão logo sejam chamados os concursados consiga simplesmente aferir então, vamos ter que aguardar um pouco, de ante mão se desculpa ao Conselheiros que foram indicados a participar da nossa temática, mas quando estamos realmente nesse tempo muito comprimido que é a base mínima para poder fazer a solicitação ao Governo Federal e logo consiga começar a operacionalizar o serviço e chamar outras pessoas concursadas para que possa suprir essa demanda. Lembrando que a instituição do comitê era respectivamente aferir em todos os parâmetros de pesquisa para lutar justamente de uma maneira super constitucional seguindo qualquer tipo de questões que são complicadas de serem descumpridas, mais uma vez peço desculpas ao Conselheiros por essa iniciativa que ficou de certa forma um pouco pela metade do seu encaminhamento. **Décimo segundo:** Apresentação do Projeto Casa do Autista. O Presidente convida a Coordenadora da Casa do Autista, a Sra. Maria Cecília, para que ocupe o espaço do púlpito. A Sra. Maria Cecília diz que está Coordenadora da Casa do Autista de Maricá, que recebeu a incumbência pela Secretaria de Assistência Social de vir aqui falar sobre a casa, mas não sabia que era para apresentar o projeto, só soube quando a Secretária Executiva do Conselho Laudeci me avisou. Explica que o projeto da Casa do Autista foi construída a partir dos grupos de Mães de autistas do município de Maricá, que é chamado GAMAM, grupo de apoio a mãe de Autista, do qual foi uma das fundadoras, que seus filhos eram atendidos no SAREM, naquela época eram atendidos até os 18 anos, o autismo é uma síndrome que não tem cura, é considerada como pessoa com deficiência que vai precisar de tratamento a vida toda, então um grupo de mãe fez muito projeto no qual participou também, apresentamos ao Prefeito da gestão naquela época que era prefeito QUAQUÁ e estava saindo. Quando assumiu a prefeitura o prefeito Fabiano, um grupo de mães o interpelou e ele assumiu o compromisso de construir a Casa do Autista, que foi inaugurada em 2021 em plena pandemia. Ela atende jovens, adolescentes e adultos a partir de 12 anos de idade, muito se questiona na cidade porque só a partir de 12 anos de idade, porque até aos 12 anos é o SAREM quem faz um serviço de excelência no município de Maricá, reconhecido nacionalmente e como houve um investimento de 20 anos no SAREM os grupos de mães não apoiam destruir o que foi o investimento público e sim melhorar, então a Casa do Autista, ela é a partir dos 12 anos de idade, sem limite final. Hoje a Casa do Autista conta com 410 pacientes, mas quando nós elaboramos o projeto de 2017 era para ser acima, o que comprova que trazemos muita gente para Cidade. A Casa do Autista é um equipamento de reabilitação e habilitação, ele é mantido pela Secretaria de Assistência Social do município, assim como toda minha reabilitação e PCDs do município, contamos com atendimentos para todos e qualquer um que chegar lá com o laudo de autismo, a partir de 12 anos. Temos Fisioterapia, Psicologia, Psicomotricidade, Fonoaudiologia,



540 Terapia Ocupacional e Intervenção Sensorial. Afirmar que a Casa do Autista teve a primeira sala de integração sensorial  
541 para atendimento de adultos no Brasil, como equipamentos pensados e construídos para adultos, aliás a Casa do Autista é  
542 a primeira no Brasil que Visa atendimento público de qualidade para autistas maior de idade. Essa é uma coisa muito boa  
543 que a gente tem que ressaltar para a cidade e para o resto porque somos muito visitados pelo Brasil todo. Já se construiu  
544 várias outras casas a partir do projeto que fizemos. Temos o acompanhamento chamado orientação familiar, onde temos  
545 Psicólogos e Assistentes Sociais que dão orientação às famílias, nós não temos atendimento ao pais, mas nós orientamos  
546 e encaminhamos como saúde pública, temos grupos de jovens de inclusão social, que fazem grupos de atividades sociais  
547 saem para fazer compras em mercado, farmácia, treinamento e esses treinamentos feitos por equipes multidisciplinares  
548 que constam musico terapia, terapeuta ocupacional, psicólogo, psicomotricista, fisioterapeuta todo voltado para poder  
549 fazer a inclusão desse autista na sociedade. Temos pacientes nossos que já estão trabalhando no município através de  
550 empresas que nos procuraram em busca de colocar PCDs autista para atuar, temos pacientes encaminhados aos cursos  
551 universitários, e detalhe, por todo esse acompanhamento de atendimento a Casa do Autista funciona de segunda a sexta  
552 das 7 horas da manhã às 18 horas e convida a todos para fazer parte da Casa do Autista, para solicitar atendimento basta  
553 entrar em contato pelo nosso WhatsApp ou ir lá pessoalmente. Não é necessário você ter um encaminhamento médico  
554 desde que você tenha um laudo dizendo que você é autista, que a pessoa é laudada, ele vai passar por uma seleção de  
555 avaliação para ver qual é o quadro real dele e para encaminhar às atividades que foram necessárias. O Conselheiro Marcos  
556 Pires pergunta onde fica? A Sra. Maria Cecília responde que fica na tua Albatroz 474, é próximo à Fiat, paralelo a rodovia  
557 do lado daquela Praça que tem as motos do Raul Seixas e que tem as esculturas. O Presidente diz que somos vizinhos  
558 inclusive, da Secretaria da Cidade Sustentável na beira da rodovia muito bem localizado. O Conselheiro Moisés agradece  
559 a Sra. Cecília, por ter vindo aqui, mas fico com uma dúvida e queria confirmar com a Conselheira Maria Aparecida que  
560 na última reunião você tinha pedido para que viesse alguém falar de onde realmente é o projeto, de onde? era isso que  
561 você tinha falado? A Conselheira Aparecida diz que era um projeto da Aline é que a Cecília passou seu telefone para Aline  
562 Lacerda. A Sra. Maria Cecília diz que a Casa do Autista recebe um projeto da UFF da UFRJ que é um estudo apoiado  
563 pelo Ministério da Saúde uma pesquisa sobre o uso e a aplicabilidade medicamentosa no autismo e como fazer a autogestão  
564 que a gente tem quando falamos de autista. Nossa todo mundo já pensa no caso mais severo, mais grave, aquele que não  
565 fala, aquele que não socializa, porém o autismo, ele é um transtorno de um amplo espectro que ele vai desde de o mais  
566 leve, chamado suporte 1 que ele tem cognitivo preservado que pode fazer faculdade, trabalhar mudar, ele tem questões  
567 que não impedem a socialização e temos o suporte 2 que às vezes ele não tem a fala preservada ou tem uma fala muito  
568 reduzida e ele tem outras condições de físicas, emocionais e sensoriais que o impedem de estar incluído. A Casa atende a  
569 todos por conta disso, por conta do uso medicamentoso que 99% dos pacientes autistas fazem, o Ministério da Saúde junto  
570 com essa equipe da UFRJ montou um grupo de estudos e projetos de pesquisa para analisar como é feita a auto medicação;  
571 continua explicando sobre as medicações para os Autistas. Acha que eles vêm pedir para que vocês do Conselho de Saúde  
572 que conheçam o projeto, até mesmo para poder dar atuação para eles de apoio do Ministério da Saúde pesquisa Federais,  
573 temos esse Ministério da Saúde, do Ministério de Assistência Social, da LGBTQIA+, são projetos que vem por causa da  
574 questão da Casa ser o primeiro equipamento público voltado exclusivamente para uma deficiência que é o autismo e  
575 exclusivamente para faixa etária de maiores de idade, quem é inédito no Brasil, o resto do mundo já tem esse entendimento,  
576 no Brasil começou com a Casa do Autista. Mas se vocês quiserem uma próxima reunião pode tirar dúvidas e trazer mais  
577 informações, porque acha que não só para ela que é proponente do projeto e está coordenadora uma questão de que outros  
578 Coordenadores passaram e não conseguiram fazer o projeto decolar é um projeto que se apoia como uma extensão dos  
579 SAREM todos os pacientes que saem dos SAREM obrigatoriamente a Casa tem o dever de acolher e colocar em  
580 atendimento. O Conselheiro Edson diz que acompanhou uma parte de apoio da Secretaria de Assistência Social, pergunta,  
581 qual a média de atendimento que tem hoje, mensal. A Sra. Maria Cecília diz que se está com 400 pacientes, frequentastes  
582 diariamente está com 380 pacientes, cita os tipos de atendimentos. O Conselheiro Edson diz que estamos com uma  
583 dificuldade muito de grande de atendimento de Neurologia, muitas crianças com TDH. A Sra. Maria Cecília diz que a  
584 Casa do Autista é exclusivamente para autista. Lógico que atendemos autistas com comorbidades. O Conselheiro Edson  
585 diz que até alguns foram modificar, mas precisavam um laudo. A Sra. Maria Cecília diz que está demorando bastante, só  
586 podemos dar atendimento se a pessoa estiver em investigação no caso de uma hipótese diagnóstica, cita como exemplo o  
587 caso do seu filho, como chegou ao diagnóstico de Autismo e quais as especialidades que as mães precisam percorrer até  
588 obter o diagnóstico. Que o neurologista ou psiquiatra infantil pode avaliar se todas aquelas características estão dentro



do espectro ou não, quando ele coloca no diagnóstico hipótese diagnóstica TEIA a Casa do Autista e o SAREM podem pegar. O Conselheiro Edson diz que hoje está tendo a facilidade de conseguir diagnóstico e com isso existem fila para consulta, que estamos tentando resolver através do Conselho. Pergunta se tiver uma enxurrada de diagnóstico, você tem todo apoio possível para atender? A Sra. Maria Cecília diz que não tem, é um órgão da Prefeitura, estamos falando da mesma prefeitura, na mesma cidade, que tem um equipamento montado um projeto apresentado em 2017, iniciado em 2021 voltado para 100 pessoas, porém teve um período pandêmico que o município de Maricá atraiu 50% de pessoas para a cidade. A Casa do Autista nunca teve uma única propaganda. Ela nunca apareceu em nenhuma propaganda desse governo nem em foto, nem em nada, sem ela aparecer fizemos uma dobrada de atendimento entre 2021 e 2022 assim recorde de 2022 tínhamos uma projeção de fechar o ano de 2022 com 200 pacientes, fechou com 290. Foi feito uma pesquisa, não é uma coisa assim aleatória, cada vez que aparece uma propaganda no fantástico no dia seguinte os equipamentos bomba de gente perguntando o que é que faz para entrar, o que tem que apresentar é um crescimento da cidade, mas os equipamentos não acompanham no mesmo período, que tem um compromisso do Senhor perfeito Fabiano Horta de que haverá segundo a Casa do Autista por conta do quantitativo de pacientes que temos em fila de espera e a casa tem de conhecimento, da mesma forma que o SAREM levou 22 anos para entrar o segundo SAREM e o segundo estaremos já foi dominado totalmente pela fila de espera do SAREM 1. Se houver algum mutirão de médicos sobrando, teremos que ampliar os equipamentos, o nosso maior problema está quando essa mãe da criança de dois anos, não consegue um laudo, nem uma proteção, ela não tem como tratar o filho, é problema na escola, na sociedade, mas ele está no mal inserido, essa família está com problemas então, é essa comunidade que está em sofrimento do mesmo jeito dos dois anos de idade, recebemos paciente lá na avaliação diagnóstico, com 22 anos que nenhuma neurologista estava fechando o laudo dele porque não sabia o que ele tinha e acabou a mãe veio pedindo ajuda para fazer relatório, a casa pode ajudar se um médico solicitar a avaliação, a casa avalia dentro dos padrões do que é previsto para cada especialidade de fazer avaliação, faz um relatório e manda de volta para o médico. Quem Lauda é um médico, tanto o Psiquiatra, quanto neurologista. Mas tem muita paciente esperando um laudo isso também não tem muita gente esperando não há uma proposta de acreditar e aí você vai deixar aqui uma tristeza muito grande que ele começa a ter muito, muito com isso, o Fala do índice de suicídio com autistas de suporte 1 jovem é altíssimo à casa do autista tem hoje 48 de jovens de suicídio tentado. Qual é o atendimento médico de reabilitação, na casa do autista não é atendimento. Qual é o investimento que nós temos a Salvar esses jovens. Diz que estar disponíveis para quem quiser conhecer a casa, funciona de segunda a sexta em atendimento. Passam lá para tomar um café com a gente, vai conhecer, estamos abertos para a sugestões, questionamento venham junto conhecer porque é um trabalho belíssimo que é feito, que as pessoas não têm noção do que acontece na cidade, município tem carências, mas também tem muitas qualidades. Temos uma Casa da Autista referência, mas ao mesmo tempo nos falta Psiquiatra e Neurologistas, medicação para cuidar dos nossos pacientes, então são coisas que precisamos para trabalhar com o plano, não um plano de governo da pessoa, mas, um plano de governo do município, como governar todas essas questões que envolve a gente. Gostaria de agradecer imensamente vocês ter nos chamados é a primeira vez que a Casa do Autista é chamada se apresentar. Lamenta não ter trazido imagens lindíssimas para mostrar para vocês, mas não fui orientada pela Secretaria de Assistência sobre o que ele estava sendo chamado a apresentar aqui, só disseram que era para chamar o representante da Casa do Autista porque o Conselho de Saúde queria conversar, então veio em presença, mas se vocês quiserem autorizarem manda o vídeo para vocês de todas as nossas dependências, das nossas atividades acha que vocês vão gostar de ver. Se quiserem que nos visitar estejam à vontade. O Presidente agradece pela presença da Sra. Maria Cecília parabeniza pelo trabalho apresentado, fica convidada a vir mais vezes para trazer esses relatos para que nos engrandece. **Décimo terceiro:** Combustível para o carro do Conselho (Denise). A Conselheira desistiu do ponto de pauta. **Décimo quarto:** Apoio aos motoristas (Denise). A Conselheira desistiu do ponto de pauta. **Décimo quinto:** Diárias para as reuniões do CES (Denise). A Conselheira desistiu do ponto de pauta. **Décimo sexto:** Sugestão de pauta para próxima reunião. O Presidente solicitou que devido ao adiantar da hora que os Conselheiros fizessem as sugestões de pautas pelo grupo do WhatsApp do Conselho. **Décimo sétimo:** Informes Gerais. Não houve. O Presidente Explica que extrapolou tempo regimental da Câmara já 17h e dois minutos, vamos precisar encerrar a reunião agora, em respeito a Câmara, já foi conversado antes disso aqui, sugere que as questões de pauta sejam comentadas no grupo. Agradece a todos, encerra a reunião às 17:03h. (dezesete horas e três minutos) convida a todos para nossa próxima reunião ordinária no dia 26 de setembro, às 14h, nesse mesmo local, excelente tarde a todos. eu, Laudeci Costa, Secretária Executiva, lavrei a presente



ata, que foi revisada pela Secretária Geral Anna Maria de Carvalho Quintanilha que, por expressar a verdade, dato e assinada juntamente aos Conselheiros presentes, Maricá, 29 de agosto de 2024. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Bruno de Souza Lougon  
Gestor – Sec. da Cidade Sustentável  
Presidente

Laudeci Costa  
Secretária Executiva

Anna Maria de Carvalho Quintanilha  
Usuária: Ass. de Mor. e Amigos do Bairro Santa Paula  
Secretária Geral

Jorge Alberto Rispoli  
Ass. dos Prof. de Saúde de Maricá  
Vice Presidente

Antônio Carlos do Rego Souza  
Usuário SINDSERV  
Tesoureiro

Juliana Nogueira dos Santos  
Gestor – Sec. de Saúde

Marcelo Rosa Fernandes  
Gestor – Sec. de Saúde

Claudia Rogéria de Lima Souza  
Gestor – Sec. de Saúde

Rodrigo Cantini  
Ass. Médica de Maricá

Moisés Antônio de Melo Abrão  
Usuário- Sindicato de Educação de Maricá

Leila Maia da Silva  
Usuária – Templo Espiritualista ARUANDA

Maria Aparecida de Carvalho Siqueira Garcia  
Ass. Pestalozzi de Maricá

João Batista Lins Guilhermino  
Prestador de Serviço- Laboratório PH

Denise Marchon Tinoco  
Usuária - Ass. de Morad. E Amigos do Recanto de Itaipuaçu -  
4º Distrito

Antônio Carlos da Cunha  
Usuário – Cruz Vermelha Brasileira

Eliane Fontes de Araújo  
Usuária - Grupo Humanos Diversidade LGBTI de Maricá

Edson Gonçalves de Oliveira  
Usuário- União das Assoc. de Mor. de Maricá

Danielle Torres Xavier  
Usuária – FAMMAR